



---

**ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI  
DE ANDRADE SILVA- AHPAS**

**Demonstrações Financeiras  
em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Acompanhada do Relatório do Auditor  
Independente**

---



São Paulo, 17 de Abril de 2019.

**À: ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI DE ANDRADE SILVA- AHPAS.**  
São Paulo – SP

Prezados Senhores,

Pela presente, estamos encaminhando a V.Sas., o relatório das Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018 da **Associação Helena Piccardi de Andrade Silva - AHPAS**, acompanhada do Relatório do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

**MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.**  
**CRC 2SP033482/O-3**

**Vagner Alves de Lira**  
**CT CRC Nº 1SP222941/O-8**

**ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI DE ANDRADE SILVA - AHPAS****Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2018 e 2017.  
Acompanhada do Relatório do Auditor Independente****Índice**

	<b>Páginas</b>
<b>Relatório do Auditor Independente .....</b>	<b>2</b>
<b>Demonstrações Financeiras</b>	
Balanço Patrimonial .....	5
Demonstração do Resultado .....	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	8
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	9
<b>Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras .....</b>	<b>10</b>

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

Aos Administradores e Conselheiros da  
**ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI DE ANDRADE SILVA - AHPAS.**  
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da **Associação Helena Piccardi de Andrade Silva - AHPAS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto quanto a eventuais efeitos que possam advir do assunto mencionado no parágrafo base para opinião com ressalva, às demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Helena Piccardi de Andrade Silva - AHPAS** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas a entidades sem fins lucrativos.

**Base para opinião com Ressalva**

A Entidade não tem finalidade de lucros e obtém parte substancial de suas receitas na forma de doações de terceiros e eventos, as quais somente são identificadas quando registradas contabilmente. Por essa razão, nossos exames nessa área ficaram restritos, exclusivamente, aos valores contabilizados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 de janeiro de 2019.

**MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES**  
**CRC 2SP033482/O-3**

**Vagner Alves de Lira**  
**CT CRC Nº 1SP222941/O-8**

**ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI DE ANDRADE SILVA - AHPAS**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em Reais)**

	<b>Notas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4)	356.233	301.200
Convênios a Receber	(5)	134.782	90.861
Contas a Receber		4.623	-
Adiantamentos		3.206	-
Despesas Antecipadas		2.622	3.829
Outras Contas		98	-
<b>Total do Circulante</b>		<b>501.564</b>	<b>395.890</b>
<b>Não Circulante</b>			
Imobilizado	(6)	196.231	207.033
Intangível		1.579	1.579
<b>Total do Não Circulante</b>		<b>197.810</b>	<b>208.612</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>699.374</b>	<b>604.502</b>

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

**ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI DE ANDRADE SILVA - AHPAS**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em Reais)**

	Notas	2018	2017
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		5.656	-
Obrigações Trabalhistas		27.476	19.933
Provisão de férias e Encargos		33.461	54.809
Obrigações Tributárias e Sociais		1.417	1.148
Convênios a apropriar – Criança Esperança	(7.c)	77.293	-
Outras Contas a Pagar		4.523	-
<b>Total do Circulante</b>		<b>149.826</b>	<b>75.890</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Patrimônio Social	(8)	549.548	528.612
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>549.548</b>	<b>528.612</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>699.374</b>	<b>604.502</b>

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras



**ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI DE ANDRADE SILVA - AHPAS**

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em Reais)**

	<b>Notas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receitas</b>			
Doações em Dinheiro de Pessoas Jurídicas e Físicas	(9)	440.732	403.222
Doações em Bens		62.690	73.756
Receitas com Bazar		297.658	309.831
Receitas Obtidas com Voluntariado	(13)	153.373	130.536
Receitas de Eventos		181.045	70.298
Receitas de Convênios	(7)	202.528	346.623
Outras Receitas		9.883	32.879
<b>Total das Receitas</b>		<b>1.347.909</b>	<b>1.367.145</b>
<b>Despesas Operacionais</b>			
Pessoal		(693.937)	(768.711)
Prediais		(90.744)	(89.886)
Veículos		(140.948)	(117.360)
Serviços de Terceiros		(33.240)	(32.102)
Gerais		(94.443)	(147.987)
Com Eventos		(62.726)	-
Despesas com Voluntariado	(13)	(153.373)	(130.536)
Depreciação e Amortização		(26.114)	(27.387)
Outras Despesas (Alienação de Veículos)		(14.378)	-
<b>Total das Despesas</b>		<b>(1.309.903)</b>	<b>(1.313.969)</b>
<b>Superávit antes do resultado Financeiro</b>		<b>38.006</b>	<b>53.176</b>
Despesas Financeiras		(21.881)	(9.015)
Receitas Financeiras		4.811	33.008
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>(17.070)</b>	<b>23.993</b>
<b>Superávit do Exercício</b>		<b>20.936</b>	<b>77.169</b>

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

**ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI DE ANDRADE SILVA - AHPAS**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em Reais)**

---

	<b>Patrimônio Social</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>451.443</b>
Superávit do Exercício	77.169
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>528.612</b>
Superávit do Exercício	20.936
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>549.548</b>

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

**ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI DE ANDRADE SILVA-AHPAS**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em Reais)**

	2018	2017
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
<b>Superávit do Exercício</b>	<b>20.936</b>	<b>77.169</b>
<b>Ajustes para conciliar o Superávit com as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	26.114	27.387
Doações recebidas em Bens (imobilizado)	(62.690)	(73.756)
Prejuízo na venda do imobilizado	14.378	-
<b>Resultado Ajustado</b>	<b>(1.262)</b>	<b>30.800</b>
<b>(Aumento) Redução das Contas do Ativo</b>		
(Aumento) Redução de Adiant. Despesas Antecipadas e Outras Contas	(2.097)	(917)
(Aumento) Redução de Convênios e Contas a Receber	(48.544)	(90.861)
<b>(Aumento) Redução das Contas do Passivo</b>		
Aumento (Redução) de Fornecedores	5.656	(6.922)
Aumento (Redução) Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais	(13.805)	28.874
Aumento (Redução) de Obrigações Sociais e Tributárias	269	852
Aumento (Redução) de Convênios	77.293	(119.339)
Aumento (Redução) de Outras Contas a Pagar	4.523	-
<b>Caixa Gerado (Consumido) de Caixa pelas Atividades Operacionais</b>	<b>22.033</b>	<b>(157.513)</b>
<b>Das Atividades de Investimentos</b>		
Aquisições de Imobilizado e Intangível	-	(42.965)
Recebimento pela venda do imobilizado	33.000	-
<b>Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>33.000</b>	<b>(42.965)</b>
<b>Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>55.033</b>	<b>(200.478)</b>
<b>DEMONSTRADO COMO SEGUE:</b>		
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>		
No Início do Exercício	301.200	501.678
No Final do Exercício	356.233	301.200
<b>Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>55.033</b>	<b>(200.478)</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

## **ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI DE ANDRADE SILVA-AHPAS**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS EM EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em Reais)**

---

#### **1 Contexto Operacional**

A Associação Helena Piccardi De Andrade Silva (AHPAS), constituída em 13 de setembro de 1999, é uma associação civil, sem finalidades econômicas ou lucrativas, de natureza beneficente e filantrópica e de caráter de assistência social em sentido amplo, com prazo indeterminado de duração. A AHPAS tem por finalidade e objetivo social assistir e amparar crianças e adolescentes portadores de doenças oncológicas (câncer), mediante a promoção de ações no campo do desenvolvimento e da assistência social que contribuam para a obtenção de atendimento integral, especialmente através do oferecimento de transporte terrestre e aéreo durante o período de tratamento, podendo, mediante deliberação de sua Diretoria, estender o atendimento e o amparo a crianças e adolescentes portadores de outras doenças crônico-degenerativas.

A área de atuação da AHPAS envolve crianças e adolescentes devidamente cadastrados na entidade, dentro de critérios e regras estabelecidos pela Diretoria. A atuação da AHPAS leva em conta a criança e o adolescente como membro de um grupo familiar que, assim, também é beneficiado por atividades da Entidade.

#### **2 Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas específicas para entidades sem fins lucrativos.

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, pois, além do déficit do exercício, não existem outros itens que deveriam ser tratados nesta demonstração.

## **Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002-R1).

### **b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### **c. Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação da provisão para devedores duvidosos, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **d. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

## **3 Sumário das Principais Práticas Contábeis**

### **a) Ativo Circulante**

O ativo circulante é demonstrado pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

**c) Convênios a Receber**

Basicamente valores a receber do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Criança Esperança.

**d) Contas a Receber**

Valores a receber de doações efetuada na Plataforma Digital.

**e) Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou pelo valor do bem recebido em doação. A depreciação é calculada pelo método linear e às taxas, mencionadas na nota explicativa 6, consideram o tempo de vida útil estimada dos bens, sendo contabilizada no resultado do exercício.

A Administração analisou as taxas de depreciação em uso e entende que as mesmas estão apropriadas em relação aos níveis de utilização dos ativos. Quando o valor contábil de um ativo é maior do que o valor recuperável estimado, ele é imediatamente reduzido ao valor recuperável.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

**f) Provisão de Férias**

Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes.

### g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de Renda e a Contribuição Social não são devidos em decorrência da isenção, por tratar-se de Entidade sem fins lucrativos.

### h) Passivo Circulante

O passivo circulante é demonstrado pelos seus valores originais, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridas, quando aplicável.

Pode ocorrer o registro de provisões, que são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação, presente ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, bem como o valor possa ser estimado com segurança.

### i) Apuração do Superávit ou Déficit do Exercício

As despesas da Entidade são apuradas através de notas fiscais e recibos, em conformidade com as exigências legais e fiscais. As receitas são apuradas através de comprovantes de cobranças, avisos bancários, notas fiscais, recibos e outros.

## 4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	2018	2017
<b>Caixa e Banco:</b>		
Fundo fixo de caixa	1.107	-
Bancos conta movimento	11.715	101.638
<b>Aplicações</b>		
Bradesco – CDB	135.382	154.831
Banco Itaú S.A.	129.081	43.133
Banco do Brasil S.A. Fumcad	1.655	1.598
Bradesco – Criança Esperança	77.293	-
<b>Total</b>	<b>356.233</b>	<b>301.200</b>

As aplicações financeiras estão substancialmente compostas por aplicações em fundos de renda fixa de curto prazo- CDB e FIC FI.

## 5 Convênios a Receber

Valores remanescentes a receber do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD, conforme nota explicativa nº 07.

## 6 Imobilizado

Descrição	Taxa de deprec. a.a.	2017	Adições	Baixas	2018
<b>Custo</b>					
Veículos		403.221	62.690	(53.000)	412.911
Máquinas e Equipamentos		5.490	-	-	5.490
Móveis e Utensílios		15.702	-	-	15.702
Informática e Comunicação		39.007	-	-	39.007
<b>Total – Custo</b>		<b>463.420</b>	<b>62.690</b>	<b>(53.000)</b>	<b>473.110</b>
<b>Depreciação</b>					
Veículos	20%	(218.738)	(23.448)	5.622	(236.564)
Máquinas e Equipamentos	10 %	(1.183)	-	-	(1.183)
Móveis e Utensílios	10 %	(15.702)	-	-	(15.702)
Informática e Comunicação	20 %	(20.764)	(2.666)	-	(23.430)
<b>Total – Depreciação</b>		<b>(256.387)</b>	<b>(26.114)</b>	<b>5.622</b>	<b>(276.879)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>207.033</b>	<b>36.576</b>	<b>(47.378)</b>	<b>196.231</b>

## 7 Convênios

Representa convênios firmados com parceiros públicos e/ou privados e são registrados no passivo, sendo reconhecido na receita de cada exercício pela realização (desembolsos) dos projetos-alvo. Os principais convênios são:

### a) Convênio nº 026/2016/SMDHC - Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Programa Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente-Fumcad, Convênio nº 026/2016/SMDHC assinado em 29/02/2016, com vigência de 24 meses a partir do dia 01 de março de 2016. O Convênio conta com a verba de R\$ 599.694, não houve recebimento no exercício de 2018.

O convênio tem por objeto a concentração de esforços entre os Partícipes para implementação do projeto “Acesso ao tratamento a criança e adolescente com câncer; ações integradas de assistência social e educação em prol da cura do câncer infanto-juvenil”.

### b) Convênio nº 107/2016/SMDHC - Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Programa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente-Fumcad, Convênio nº 107/2016/SMDHC assinado em 30/11/2016, com vigência de 24 meses a partir do dia 10º dia, contatos a partir da data da assinatura. O Convênio conta com a verba de R\$ 87.878, sendo que no exercício de 2018 a entidade recebeu o montante de R\$ 11.460, tendo sido integralmente utilizado e a receita apropriada ao resultado.



O convênio FUMCAD tem por objeto a concentração de esforços entre os Partícipes para implantação do projeto “Ampliação dos serviços de apoio sócio-familiar e garantia de acesso físico ao tratamento a criança e adolescente com câncer; ações integradas de educação em prol da cura do câncer infanto-juvenil”.

Os recursos do FUMCAD, embora integralmente utilizados e já apropriados ao resultado, ainda aguardam parcela a receber (vide nota explicativa nº 05), sendo os gastos respectivos liquidados com recursos próprios.

**c) Contrato nº 5458 Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultural**

Programa do Criança Esperança, contrato nº 5458 assinado em 15/01/2018. O contrato conta com a verba de R\$ 215.200, sendo que no exercício de 2018 a entidade recebeu o montante de R\$ 204.400. O valor registrado no passivo como Convênio a apropriar – Criança Esperança no montante de R\$ 77.293 refere-se a desembolsos a serem efetuados em 2019, quando serão apropriados ao resultado daquele exercício.

O contrato tem por objetivo parceria de implementação do projeto “Educação em movimento: Saúde e cidadania a crianças e adolescentes em tratamento de câncer e seus cuidadores” selecionada pelo programa Criança Esperança 2018, com auxílio de alimentação, bolsa auxílio de estagiário, equipamento, materiais de consumo e expediente, agente social e transporte.

**8 Patrimônio Social**

Constituído, conforme artigo 13 de seus Estatutos Sociais, de 16/03/07, por bens móveis e imóveis, direitos e valores adquiridos, recebidos ou arrecadados sob a forma de doação, legados, subvenções e outras, utilizado exclusivamente para cumprimento de suas finalidades sociais. Ao Patrimônio Social são incorporados os Superávits ou Déficits de cada exercício.

Em caso de dissolução ou extinção, o eventual Patrimônio Social remanescente será destinado a entidades congêneres, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

**9 Doações Recebidas**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
De Pessoas Físicas	337.897	314.004
De Pessoas Jurídicas	102.835	89.218
<b>Total</b>	<b>440.732</b>	<b>403.222</b>

São reconhecidas contabilmente no momento da identificação dos depósitos bancários efetuados.

## **10 Instrumento Financeiro**

Os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos da Entidade, registrados em contas patrimoniais, não se apresentam diferentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras, considerando os critérios de atualização contratados, não existindo operações com instrumentos financeiros derivativos.

## **11 Isenção Tributária Usufruída**

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre Lucro (CSLL), não são calculados ou devidos por tratar-se de Entidade sem Fins Lucrativos, conforme art. 15 da Lei 9532/97. Quaisquer receitas de serviços distintos à sua atividade fim, eventualmente recebidas pela Associação, serão incluídas na base de cálculo para apuração e recolhimento de impostos correspondentes.

## **12 Coberturas de Seguros**

A entidade efetua a contratação de seguros em valores considerados suficiente para cobertura de eventuais sinistros dos seus bens.

Não é parte do escopo dos auditores independentes a avaliação da cobertura de seguros

## **13 Trabalhos de Voluntariado**

De acordo com a Resolução ITG 2002(R1) do Conselho Federal de Contabilidade sobre divulgação do trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Os valores apresentados como voluntariado referem-se apenas a atividades de Bazar (vendas, triagem e coordenação), Voluntários do transporte, Presidente, vice-presidente, Coordenação geral e Conselho fiscal da Associação (04 membros), sendo, assim, uma estimativa de remuneração não dispendida, não havendo outros tipos de voluntariado neste exercício.

## **14 Certificações**

A associação possui os seguintes certificados:

A associação possui os seguintes certificados:

- Certificados de Utilidade Pública Estadual- Lei Estadual 11.955 de 10 de junho de 2005; - válida e renovada já em 2019;
- Certificação de Utilidade Pública Federal- Portaria MJ 1972 de 01 de dezembro de 2015 - Com a revogação da Lei 95/1935 foi extinto o título de UPF;
- Registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) sob o número 1463/09, de acordo com a Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Válido até 2020;
- Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS. Aguarda-se o parecer Número do Processo: 2017-0.126.067-7 de 11/12/2017.

## **15 Aspectos Fiscais**

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção quando ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. O não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.

A administração entende que todas as receitas auferidas decorrem de suas atividades próprias e que não estão sujeitas a incidência de outros tributos.

As declarações de rendimentos estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos.

## **16 Compromissos**

A Associação não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.